

A Língua Portuguesa e o conflito intergeracional em Timor-Leste¹

Marisa Ramos GONÇALVES²

RESUMO

A escolha do Português como língua oficial de Timor-Leste emergiu junto da opinião pública portuguesa como uma opção lógica da liderança timorense e abriu portas a um forte investimento público de cooperação no ensino e promoção da Língua Portuguesa em Timor-Leste.

No entanto, uma análise objectiva da realidade social e política do período pós-independência em Timor-Leste teria sido instrumental na orientação da cooperação Portuguesa para a escolha de estratégias mais inclusivas e apolíticas de ensino da língua. A Língua Portuguesa é um factor de tensão entre a “geração de 1975”, educada no tempo colonial português, e a denominada “gerasaun foun” que cresceu durante a ocupação Indonésia.

O papel desta geração mais jovem na frente clandestina urbana e junto dos movimentos pró-democracia indonésios foi indispensável na projecção internacional da causa timorense. Se por um lado a geração que liderou a resistência timorense na luta armada e na frente diplomática defende um nacionalismo e identidade timorenses com raízes lusófonas, a “geração foun” identifica-se com uma identidade pós-colonialista baseada nos laços étnicos com Timor Ocidental e nos ideais de luta pela democracia partilhados com os activistas indonésios.

Este artigo argumenta que uma política de cooperação para a promoção da Língua Portuguesa em Timor-Leste deverá construir-se a partir de um conhecimento mais efectivo da realidade cultural e política local. A paz social e o diálogo intergeracional saíriam mais beneficiados com programas especificamente desenhados para a “gerasaun foun” e a ainda mais jovem “gerasaun independensia” e, por outro lado, com ênfase na valorização das línguas locais.

PALAVRAS-CHAVE

Timor-Leste; Gerações e Memória; Língua Portuguesa; Língua e Direitos Socioculturais; Cooperação Portuguesa.

¹ Esta comunicação baseia-se na fase preliminar da candidatura de doutoramento ‘Intergenerational perceptions of human rights in Timor-Leste: Peacebuilding and social cohesion’, orientada pela Professora Vera Mackie e Doutora Susan Engel, na *Faculty of Arts* da *University of Wollongong* na Austrália, bem como na experiência de ensino da autora na Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL) entre 2007 e 2009, no âmbito do programa de cooperação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas/ Fundação das Universidades Portuguesas com a UNTL.

² UOW, Faculty of Arts, Institute for Social Transformation Research
Building 19| Office 2080, University of Wollongong NSW 2522 Australia
marisa.goncalves009@uowmail.edu.au

Em Timor-Leste, o significado de “geração” transcende, de forma particular, o seu sentido mais comum que agrupa os indivíduos descendentes de uma mesma geração ou, o puramente cronológico, que se refere aos indivíduos que viveram no mesmo intervalo temporal. Isto porque cada uma das gerações de timorenses partilha experiências de vida particulares que se desenrolam em períodos históricos distintos, mas que, simultaneamente, se intersectam. Devido às descontinuidades que caracterizam a história recente do país (sucessivos regimes coloniais, a administração transitória da ONU, um governo próprio), as vivências dos timorenses de diferentes gerações são marcadas por estruturas governamentais, sistemas educativos e línguas oficiais distintas. Por outro lado, todas as gerações testemunharam e viveram períodos de violência e opressão, participaram em movimentos de resistência política e iniciativas de reconciliação nacional no período pós-independência.

Gerações de memória e história

A pertença a uma geração está intimamente relacionada com a produção de memória e representação histórica. Isto deve-se ao facto de as memórias se formarem com base em experiências adquiridas pessoalmente ou por intermédio de outros, sendo este último tipo de memória o que Halbwachs (1980: 51-52) designou como “memória colectiva”.

O conceito de “geração” como fenómeno social foi inicialmente problematizado por Karl Mannheim em 1972. Ele desenvolve a ideia de geração como um “lugar social” particular onde grupos etários distintos compartilham vivências que se desenrolam num mesmo período histórico (Id, Ibid: 292). Os membros de um grupo etário são marcados por experiências vividas na sua infância que contribuiram de modo crucial para formar a sua “concepção natural” do mundo. A “estratificação” ou de sobreposição de experiências sucessivas a partir de uma base de impressões iniciais formadas na infância, é o factor que nos permite distinguir entre as gerações mais jovens e mais velhas que coexistem num determinado período histórico mas que se situam em fases da vida distintas. São, por isso, as memórias formadas a partir das experiências pessoais, de um grupo etário específico, que “imprimem a marca” de uma geração (Id., Ibid.: 296-298).

Por outro lado, Mannheim sublinhou a existência de uma “transmissão contínua de um legado cultural” entre gerações. As memórias de eventos históricos que nos são transmitidas por outros ou por meio das histórias contadas pelos nossos familiares

(sobre a sua participação num dado período histórico) contribuem directamente para as nossas representações do passado (Id., Ibid.: 299; Hareven 1992: 270-271). A transmissão da memória entre gerações é particularmente intensa quando se tratam de acontecimentos traumáticos. Marianne Hirsch explica:

[p]ostmemory describes the relationship that the generation after those who witnessed cultural or collective trauma bears to the experiences of those who came before, experiences that they “remember” only by means of the stories, images, and behaviours among which they grew up. But these experiences were transmitted to them so deeply and affectively as to seem to constitute memories in their own right

[p]ós-memória descreve a relação que a segunda geração, posterior a uma geração que presenciou episódios de trauma cultural ou colectivo, tem com as experiências da geração anterior. Estas são experiências das quais a segunda geração possui ‘memória’ somente através de histórias, imagens e observação de comportamentos no seio dos quais cresceu. No entanto, estas experiências foram-lhe transmitidas de forma tão profunda e afectiva que parecem constituir memórias de pleno direito

(Hirsch, 2008:106-107, tradução da autora)

A história de Timor-Leste é uma história de violência política, que compreende 200 anos de colonização portuguesa³ até 1975, a ocupação Japonesa que se seguiu à entrada das tropas Australianas no Timor Português durante a segunda guerra mundial e, finalmente, a brutal invasão e ocupação Indonésia de 1975 a 1999. Após o referendo de 1999 que garantiu a independência a Timor-Leste, o governo transicional das Nações Unidas e o primeiro Governo timorense criaram a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) com o objectivo de investigar os crimes de direitos humanos ocorridos entre 1974 e 1999. Depois de conquistada a independência, a unidade nacional e a paz social continuam numa situação frágil devido à ausência de justiça para as vítimas de direitos humanos, o trauma vivido pela população, divisões intergeracionais e conflitos internos motivados por lutas pelo poder político.

A identidade deste novo país, um território de etnias diversas reunidas sob o domínio da administração portuguesa, nasceu da luta e resistência (*funu*) contra um inimigo comum - o colonialismo. A coesão social que predominou durante a resistência à ocupação

³ Segundo Molnar (2010: 31), só é correcto referir-se à presença Portuguesa em território Timorense como colonização a partir do início do século XIX. Nessa altura, os portugueses iniciaram uma série de incursões militares ao interior do território com o objectivo de se estabelecerem como autoridade e ‘pacificar os indígenas revoltosos’.

Indonésia deu lugar, após a independência, a divisões entre a “gerasaun foun” e a “geração de 1975”, bem como entre os combatentes da resistência que permaneceram no território, por um lado, e os activistas da frente diplomática e os timorenses na diáspora, por outro (Babo-Soares, 2003: 247-249). Este quadro identitário torna-se ainda mais complexo quando consideramos outros factores de ruptura social no pós-independência: diferenças etnolinguísticas associadas a posições políticas durante a ocupação Indonésia, que rotulam os timorenses de “guerreiros sofredores” da resistência vs. “colaboradores assimilados” do regime indonésio (Silva, 2006: 186-190).

De forma a compreender a complexa justaposição de estratos de identidade e história na sociedade timorense, é fundamental analisar três gerações e reflectir sobre as suas vivências sociais e históricas: a “geração de 1975” que viveu no período colonial Português (antes de 1975), a denominada “gerasaun foun”⁴ que cresceu durante a ocupação Indonésia (1975 a 1999) e, finalmente, a “gerasaun independensia” que viveu a sua infância no período de transição entre ocupação Indonésia e a independência ou que já nasceu após a consulta popular (pós-1999).⁵

Um conflito intergeracional?

De forma a compreender as diversas afinidades culturais e linguísticas e discursos de identidade nacional em disputa na sociedade timorense, deve atender-se às questões geracionais. Cada uma das gerações foi contemporânea de um, dois ou três períodos da história de Timor-Leste: o colonialismo português e o início da descolonização, à qual se seguiu uma breve guerra civil (1974-1975), a invasão e colonização Indonésia e o período pós-consulta popular que se iniciou com o governo transitório da ONU (UNTAET) e a proclamação da independência em 2002. Estes períodos históricos correspondem a regimes governamentais, sistemas educacionais e políticas linguísticas distintas.

A “geração de 1975”, que ocupa actualmente lugares de liderança no Estado,

⁴ Expressão utilizada para designar ‘geração nova’. Cf, por exemplo, Carey (2003:24).

⁵ A definição de uma divisão etária das três gerações terá de ser sempre aproximada, pois trata-se de períodos de tempo contíguos e, para além disso, essa divisão dependerá das categorias culturais existentes no país e das características psicossociais de cada indivíduo. Consideramos a idade de 15 anos como a idade a partir da qual se pode assumir que uma criança viveu e recebeu educação (familiar e/ou escolar) durante um período suficientemente longo para ser marcada pela sua vivência. Tendo por base esta hipótese, as gerações descritas correspondem, actualmente, aos seguintes intervalos etários: a geração mais velha com mais de 50 anos; a ‘gerasaun foun’ com idades entre os 27 e 50 anos; a ‘gerasaun independensia’ com idade inferior ou igual a 26 anos.

defende um “nacionalismo com raízes lusófonas (o Catolicismo e a Língua Portuguesa), a par de laços culturais com a Melanésia, como o carácter distintivo da identidade timorense”. Para além disso, caracteriza-se pela “defesa de relações privilegiadas com os países da CPLP” (Leach, 2003: 232).

A “gerasaun foun” viveu, em grande parte, a mesma “experiência educacional, linguística e política no período 1975-1999” (Carey, 2003: 24). Por oposição à “geração de 1975”, esta geração adquiriu uma formação intelectual distinta da geração anterior e utiliza a Língua Indonésia como língua profissional e de formação, em resultado do colonialismo indonésio (Araújo, 2000: 101). A Língua Indonésia foi utilizada como língua da resistência clandestina, um veículo de comunicação e construção de solidariedade na luta pela democracia entre os jovens timorenses e os activistas indonésios pró-democracia (Bexley, 2007: 74).

Esta geração mais jovem desempenhou um papel primordial na resistência clandestina, em especial a partir do início dos anos 90 quando as FALINTIL (Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste) começavam a sucumbir ao exército indonésio nas montanhas. As manifestações organizadas pelos jovens timorenses, em grande parte na Universidade Nacional em Díli (UNTIL) e nas universidades Indonésias, colocaram Timor-Leste nas manchetes da média internacional e deram novo alento à resistência timorense (Mattoso, 2005: 232-36).

A participação desta geração mais jovem na resistência clandestina urbana inicia-se desde cedo com a organização da manifestação por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste em 1989 e, em 1991, nas manifestações que culminaram no massacre de Santa Cruz, filmado pelo jornalista Britânico Max Stahl e transmitido nas televisões a nível internacional (Id., Ibid.: 147-49;170-172).

Em Jakarta e noutras cidades Indonésias, os estudantes timorenses beneficiaram do apoio de activistas indonésios do movimento Pró-democrático. O movimento *Reformasi* seria responsável pelas manifestações que deram origem à queda de Suharto em 1998, abrindo caminho para uma nova posição da Indonésia face à questão de Timor-Leste. De facto, o Presidente B. J. Habibie, que sucedeu a Suharto, viria a anunciar uma consulta popular sobre a autodeterminação em Timor-Leste em 9 de Junho de 1999 (CAVR, 2005:133-35).

No período pós-independência, a “gerasaun foun”, que participou activamente na resistência clandestina, tem visto o seu papel na construção da nação marginalizado em

favor da narrativa oficial da resistência armada, que é protagonizada pela “geração de 1975” (Leach, 2009: 157-58; Bexley, 2007:82).

O debate sobre os factores que provocaram a crise política de 2006, durante a qual o país se dividiu ao longo da linha Leste-Oeste (*Lorosa’e vs Loromonu*), identificou as divisões na elite política e o descontentamento dos jovens, que tiveram um papel activo na violência, como principais motores do conflito. Os jovens manifestaram um sentimento de exclusão do projecto nacional, assente numa “identidade Lusófona”, construído pelos líderes políticos pertencentes à “geração de 1975”. Um número significativo de jovens, do sexo masculino, envolveu-se num projecto de “identidade violenta” que se traduziu na afiliação a grupos de artes marciais (Trindade, 2008:18). Por sua vez, os líderes políticos criticaram a “atitude leviana” dos jovens e acusaram-nos de serem responsáveis pela violência que ocorreu em 2006 (Bexley, 2007).

Por estes motivos, a ruptura intergeracional em Timor-Leste, motivada por discordâncias em relação às ideias de identidade nacional e à política linguística, bem com pela competição pelo poder político, tem contribuído para um enfraquecimento da coesão social no país.

Língua Portuguesa no contexto geracional

A escolha da Língua Portuguesa como língua oficial, anunciada no Conselho Nacional de Resistência timorense (CNRT) em Agosto de 2000, foi contestada pelos grupos da juventude timorense mais proeminentes: a RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste) e outras ONGs como a *Yayasan HAK* e o *Sahe Institute of Liberation*. Os argumentos contra esta decisão, apresentados pelo secretário-geral da RENETIL Miguel Manutelo, durante a conferência do CNRT, defendiam que “os *katuas* (lit., os mais velhos) ignoravam o facto de a geração mais jovem não falar a Língua Portuguesa e que a decisão tinha sido tomada para favorecer a ‘geração deles’ em detrimento da geração mais jovem (*klosan, foinsae, geração foun*)” (Babo-Soares, 2003: 256-57).

Deve salientar-se a importância demográfica das gerações mais jovens em Timor-Leste: 62% da população tinha menos de 25 anos, 24% situava-se no escalão entre 26 a 49 anos e 14% tinha mais de 50 anos em 2009 (DNE, MF & ICF Macro, 2010: 12).

A Língua Portuguesa em Timor-Leste é frequentemente associada à falta de oportunidades de emprego e de exclusão das áreas de poder político no período pós-

independência, já que a “gerasaun foun” não domina esta língua nem a Língua Inglesa, ambas privilegiadas no sector público, agências de cooperação e ONGs internacionais (Jolliffe, 2011:44). Em Timor-Leste, onde o funcionalismo público representa uma fatia importante do emprego dada a ausência de um sector privado desenvolvido, a falta de literacia na Língua Portuguesa representa um factor de exclusão do mercado de trabalho (Wigglesworth, 2007: 52-53).

Em consequência da elevada taxa de desemprego juvenil, alguns jovens optaram pela imigração, em particular para a Irlanda do Norte e Reino Unido, usando para isso a nacionalidade portuguesa que permanece um direito dos timorenses nascidos antes da independência (Jolliffe, 2011:44).

De acordo com Leach (2003, 2008), os resultados do estudo “National Identity survey on East Timorese tertiary students attitudes” realizado em 2002 e 2008 na Universidade Nacional Timor Lorosa’e⁶, demonstram que a Língua Portuguesa e as “afinidades culturais lusófonas” têm constituído um foco de disputas intergeracionais no período de independência.

Numa das questões do inquérito realizado em 2002 sobre que características são consideradas fundamentais para possuir uma identidade timorense genuína (aptidão no Tétum e Português, ser Católico, viver em Timor-Leste, entre outras), a Língua Portuguesa surge como o único factor que não é consensual. Apenas 24% dos estudantes inquiridos consideraram muito importante a capacidade de falar Português para se sentirem timorenses (no caso do Tétum, 83%) (Leach, 2003: 146-147).

Em termos de fluência linguística, 91,5% dos estudantes declararam que eram fluentes em Tétum, 87% em Indonésio, 10% em Indonésio e apenas 2,5% em Português. O autor sublinha que o indicador de autoavaliação de fluência numa língua é subjectivo e deve ser considerado nas análises em conjunto com outros dados. O grau de fluência em Inglês declarado pelos inquiridos é exagerado, de acordo com Leach, e deve-se provavelmente ao desejo por parte dos jovens em dominar a língua internacional, já que é vista como um factor de mobilidade social e de acesso ao mercado de trabalho (Id., Ibid.: 144-145). O estudo confirma a diversidade etnolinguística da população estudantil em Díli: 78% dos alunos neste estudo possuíam línguas maternas diferentes das línguas oficiais⁷ e de trabalho⁸ (Id., Ibid.:145).

⁶ O estudo inquiriu uma amostra de 320 estudantes, com mais de 18 anos, provenientes dos 13 distritos de Timor-Leste.

⁷ Língua Tétum e Língua Portuguesa.

Os resultados do mesmo estudo em 2007⁹ registaram mudanças significativas nas atitudes dos universitários timorenses face à Língua Portuguesa: 52% consideraram muito importante saber falar o Português como elemento da sua identidade timorense (88,5% no caso do Tétum). Por outro lado, registou-se um aumento nos inquiridos que declararam ser fluentes no Tétum (94,5%) e em Português (8%) e um decréscimo ligeiro no caso do Indonésio (84,5%) e Inglês (8%) face aos resultados do estudo de 2002 (Leach, 2008: 418-421). Estas mudanças são indicadoras do relativo sucesso da política de reintrodução da Língua Portuguesa, bem como de uma menor apreensão por parte da geração mais jovem em relação à Língua Portuguesa, cinco anos passados de uma política linguística que se afigurou mais pragmática e gradual do que se esperava em 2002 (id., Ibid.: 423). Os inquéritos foram escritos em Língua Indonésia, um indicador importante de que o “Indonésio é a língua *escrita* mais compreendida em Timor-Leste e continua a ser a língua de ensino ao nível universitário” (Id., Ibid.:415).

Um outro estudo, de Kerry Taylor-Leech (2008)¹⁰, apurou, entre outros aspectos, que existe um elevado nível de consenso em torno da política linguística adoptada no país, apesar das razões pessoais/ políticas de alguns indivíduos para a rejeitar ou não ter como objectivo aprender a Língua Portuguesa. Contrariando a mensagem que os média australianos e indonésios têm veiculado, a hostilidade à política linguística em Timor-Leste não é tão forte como estes media fazem pensar (Id., Ibid.: 173).

No entanto, a ruptura geracional continua a emergir como um dado constante. O grupo mais jovem (18 a 35 anos) identificou a Língua Portuguesa como a língua do colonizador, ao invés do Indonésio, e defendeu que o seu estatuto como língua oficial em Timor-Leste é transitório, perspectivando que o Português dê lugar progressivamente ao Tétum, um elemento autêntico da identidade timorense. A geração mais velha, por sua vez, expressa a sua afinidade com a Língua Portuguesa como elemento integrante da identidade timorense, ao contrário da Língua Indonésia que é compreendida como língua do colonizador (Id., Ibid.: 169-73).

Os dados dos Censos de 2010 confirmam as conclusões destes dois estudos no que concerne à evolução da literacia nas línguas oficiais e de trabalho em Timor-Leste, no seio da geração mais jovem, a “gerasaun independensia”. Os dados, relativos à

⁸ Língua Indonésia e Língua Inglesa.

⁹ Em 2008, a amostra inquiriu 250 estudantes.

¹⁰ Este estudo, realizado em 2004 em Díli e noutros distritos, utilizou como metodologia entrevistas semi-directivas (26) a indivíduos com idades dos 20 aos 67 anos e grupos de discussão (8) com estudantes universitários entre os 18 e 35 anos, somando um total de 78 participantes.

população dos 15 aos 24 anos, indicam que: o Tétum consolidou o seu papel como língua nacional (77,8% face a 68% nos Censos de 2004); a literacia em Língua Portuguesa revigorou-se (39,3% face a 17,2% nos Censos de 2004); a Língua Indonésia decresceu de importância (55,6% face a 66,8% nos Censos de 2004) (DNS, MF & FNUAP, 2010).

Desafios da cooperação portuguesa em Timor-Leste

O objectivo deste artigo não é o de analisar em profundidade as políticas de cooperação portuguesa na área de ensino da língua em Timor-Leste, pelo que serão apenas apresentados alguns dados importantes referentes ao programa que mobilizou mais recursos e abrangeu um maior número de formandos. O *Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste* (PRLP)¹¹ decorreu entre o ano 2000 e 2009, estando ainda em curso, mas sob uma nova designação: *Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa em Timor-Leste*. Entre 2000 e 2010, o Estado português investiu neste projecto 50 milhões de euros (Barbeiro et al., 2010:10).

Por outro lado, algumas das considerações terão por base a experiência docente da autora, entre 2007 a 2009, na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) no âmbito do programa de cooperação entre a UNTL e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas/ Fundação das Universidades Portuguesas (CRUP/FUP).

Os principais desafios da cooperação portuguesa na área de ensino de língua estão relacionados com as questões do contexto histórico, social e político anteriormente discutidas neste artigo. A ênfase do PRLP na formação de professores timorenses da 'geração de 1975' (Id., Ibid.: 44), com maiores conhecimentos de Língua Portuguesa e com uma forte afiliação à "cultura lusófona", é um aspecto que tem reforçado o lugar da Língua Portuguesa na sociedade timorense como um factor de polarização intergeracional. Apesar das vantagens em envolver este grupo mais velho e experiente, a cooperação portuguesa deveria ter avaliado o impacto desta política em termos da divisão intergeracional em torno da política linguística.

Outro desafio da cooperação portuguesa é a falta de professores timorenses qualificados para ensinar a Língua Portuguesa em todos os níveis de ensino, em especial ao nível

¹¹ A maior parte dos recursos deste projecto foram alocados na formação, inicial e continua, de professores Timorenses, centrando-se no sistema educativo. Apenas entre 2000 e 2003, é que os professores portugueses leccionaram directamente aos alunos de todos os graus de ensino (Barbeiro et al., 2010: 10).

universitário onde a língua de ensino continua a ser o Indonésio.¹² Reconhecendo os progressos consideráveis na formação de professores timorenses este ponto permanece um problema.

Em Timor-Leste, os alunos e professores timorenses confrontam-se diariamente com a reduzida oferta de publicações e recursos didáticos em Língua Portuguesa. É comum os jovens timorenses abordarem os portugueses que vivem em Timor-Leste e pedirem livros e dicionários em Português, reflexo de quase inexistência de livrarias no país e de os manuais escolares não serem suficientes para todos os alunos. Por outro lado, os manuais escolares e estratégias pedagógicas utilizadas para a aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas têm sido elaborados sem conhecimento das realidades locais e das características das línguas maternas, em particular do Tétum que partilha o estatuto de língua oficial com a Língua Portuguesa (Esperança, 2007; Deus, 2009: 59). Muitos artigos da imprensa local têm dado conta da escassez de manuais escolares e da desadequação dos conteúdos face à realidade timorense. Num artigo recente do *The Dili Weekly*, o secretário-geral do sindicato dos professores critica os manuais de ciências sociais em Língua Portuguesa que, segundo ele, omitem aspectos importantes da história de Timor-Leste, questionando a falta de conhecimentos dos estrangeiros sobre a história do país (Freitas, 2011).

A política linguística, em especial quando se enquadra no âmbito da política de cooperação com um país em desenvolvimento, deve orientar-se por uma perspectiva baseada nos direitos sociais, económicos e culturais dos indivíduos visados (Taylor-Leech, 2009: 60). No *Relatório de avaliação do programa de reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste 2003-2009*, a cooperação portuguesa declara o alinhamento das suas políticas com os objectivos de desenvolvimento do milénio e as prioridades de desenvolvimento do Governo timorense:

De acordo com o PIC TL 2007-2010, as acções da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste regem-se pelas orientações gerais da política externa portuguesa e vão ao encontro das linhas estratégicas de desenvolvimento estabelecidas pelo Governo timorense, também elas enquadradas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

¹² Durante a minha experiência como docente na Faculdade de Economia da UNTL (2007 a 2009), dos cerca de 50 docentes Timorenses existentes na Faculdade, apenas um dos docentes era fluente em Língua Portuguesa. Dois docentes da Faculdade estavam a realizar Licenciatura e Mestrado em Portugal, com o apoio do IPAD. Somente os professores da CRUP/FUP, maioritariamente de nacionalidade Portuguesa, leccionavam aulas em Português no Bacharelato de Economia e Gestão criado pela CRUP/FUP, que tinha como grupo-alvo uma pequena fatia dos estudantes. Os cursos da Faculdade de Economia, sem ligação ao projecto CRUP/FUP, eram ministrados inteiramente em Língua Indonésia.

[a] intervenção da CP passa pelo apoio à consolidação do quadro institucional timorense e pelo apoio aos esforços nacionais no combate à pobreza. Neste quadro, insere-se e merece particular atenção a consolidação da Língua Portuguesa, nas mais diversas áreas da sociedade timorense.

(Barbeiro et al., 2010: 67)

A realidade, no entanto, é que a Língua Portuguesa continua a ser a língua de uma parte da população, não tendo ainda penetrado nas esferas da comunicação social, das organizações não-governamentais, de alguns sectores da Administração Pública e da população em geral (Barbeiro et al., 2010:8). Finalmente, a Língua Portuguesa constitui, segundo alguns estudos anteriormente citados, um factor de exclusão social e, em consequência um factor de pobreza, para os timorenses que não a dominam. Este dado, não querendo desvalorizar o investimento dos cidadãos portugueses e a dedicação dos cooperantes portugueses no terreno, deve orientar a política e acção da cooperação portuguesa em Timor-Leste. Para este efeito, seria fundamental que a cooperação portuguesa realizasse uma avaliação do impacto dos seus programas da área de ensino de língua nos indicadores socioeconómicos e de combate à pobreza.

Conclusão

Actualmente, Timor-Leste beneficia de um clima de estabilidade social e crescimento económico. Alguns membros da “gerasaun foun” ocupam lugares no parlamento, sendo um exemplo notável desta tendência Fernando Lasama Araújo, o actual presidente do parlamento e antigo líder do movimento da resistência clandestina urbana (RENETIL). Uma nova geração, a “gerasaun independensia”, formada no período pós-1999 e demasiado jovem para ter integrado a resistência juvenil, começa agora a entrar no mercado de trabalho.

De acordo com os resultados dos Censos de 2010, a política linguística adoptada desde 1999 começa a ter os seus frutos. A literacia da população jovem na Língua Portuguesa aumentou significativamente, reflexo dos investimentos do Governo de Timor-Leste com o apoio das cooperações portuguesa e brasileira. O Tétum, por sua vez, consolidou-se como língua nacional, utilizada pela maioria dos timorenses e cada vez mais usada nos meios formais da sociedade (tribunais, parlamento, governo, ONGs).

Estes desenvolvimentos recentes constituem um estímulo face aos desafios descritos ao longo deste artigo. No entanto, é importante referir que persistem as divisões políticas e

sociais, a pobreza e a desigualdade económica, numa altura em que o país se desenvolve rapidamente mas onde apenas os timorenses que tiveram acesso a uma educação técnica/superior ou que foram empresários na diáspora estão preparados para retirar benefícios dos investimentos públicos e oportunidades de negócio crescentes na capital do país.

Por outro lado, as divisões intergeracionais foram atenuadas com medidas governamentais e programas das ONGs internacionais desenhadas para oferecer um maior acesso ao ensino e integrar os jovens no mercado de trabalho. Apesar disso, a população jovem continua a enfrentar o problema do desemprego e o poder político continua dominado pelos líderes pertencentes à geração de 1975, não se vislumbrando uma “passagem do testemunho” à geração de políticos mais jovem (Jolliffe, 2011:46-48).

A política de cooperação portuguesa tem vindo a adaptar-se às dificuldades de implementação no terreno das políticas desenhadas em Lisboa, reconhecendo a necessidade de alargar a intervenção do projecto de reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste a outros sectores da população, que não só o do ensino (Barbeiro et al., 57). Por outro lado, a valorização do Tétum como língua oficial a par da Língua Portuguesa e o reconhecimento de que o contexto multilingue de Timor-Leste deve ser incorporado no ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste, constituíram passos importantes para uma política de cooperação na área da educação adaptada às necessidades do público-alvo.

Apesar desta evolução positiva, as políticas de cooperação portuguesa na área de ensino da língua evidenciam o desconhecimento ou desvalorização, por parte dos órgãos de gestão e planeamento, da complexa realidade social e política do país, em particular das tensões intergeracionais em torno da escolha da língua oficial. Os impactos de uma política linguística que exclui, mesmo que involuntariamente, uma parte significativa da população dos seus direitos culturais, económicos e sociais, não devem ser ignorados pelas agências de cooperação para o desenvolvimento.

Tendo como objectivo minorar estes impactos, a cooperação portuguesa em Timor-Leste na área de ensino deveria desenhar programas específicos para os membros da “gerasaun foun” e “gerasaun independensia”, em particular a faixa etária que não tem acesso a oportunidades de formação e que está em plena idade activa. Por outro lado, Portugal deveria reflectir, em conjunto com o Ministério da Educação de Timor-Leste, sobre as melhores estratégias para combater a iliteracia e dificuldades de aprendizagem

que prevalecem em Timor-Leste. As diversas línguas maternas dos timorenses deveriam ser consideradas no currículo do ensino básico para que as crianças timorenses beneficiem de um ensino que privilegia a sua cultura e que não impõe uma língua estrangeira (o Português e o Tétum, em alguns casos) nos primeiros anos da sua aprendizagem (Taylor-Leech, 2009: 57-58).

Por último, o investimento na formação dos cooperantes portugueses em Língua Tétum e noutras línguas nacionais timorenses, bem como em aspectos socioculturais de Timor-Leste, seria instrumental na construção de uma cooperação que se pretende liberta de assunções de superioridade de uma língua/ cultura sobre outra língua/ cultura.

Este tipo de políticas não despromoveria a importância da Língua Portuguesa em Timor-Leste, antes reforçaria o seu papel de parceiro na construção de uma sociedade e identidade mais coesas. Portugal contribuiria para um desenvolvimento mais igualitário da sociedade timorense e evitaria, simultaneamente, que a cooperação portuguesa favorecesse relações de poder que se estabelecem em torno da política linguística e que dominam o discurso social e político em Timor-Leste (Id., Ibid.: 60).

A defesa de uma “identidade lusófona” como projecto pós-colonial português, presente no discurso oficial e popular em Portugal, constitui um pilar fundamental da política externa portuguesa (Almeida, 2001). A utilidade da assunção desta “identidade pós-colonialista” no apoio ao desenvolvimento de Timor-Leste deve ser alvo de uma reflexão mais aprofundada pela cooperação portuguesa.

Este artigo discutiu as diferentes narrativas identitárias que emergiram da experiência do colonialismo em Timor-Leste, em particular as divisões intergeracionais que daí resultaram, nas quais a Língua Portuguesa constitui um elemento subjacente de tensão. Esta tensão tem-se esbatido gradualmente com a elevação do Tétum a língua de unidade nacional. O diálogo entre as três gerações em Timor-Leste afigura-se, por isso, um elemento essencial na transmissão de valores culturais e éticos e na coesão social do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Miguel. 2001. Epilogue of empire: East Timor and the Portuguese post-colonial catharsis. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 8(4): 583-605.

Araújo, Fernando. 2000. The CNRT campaign for independence. In Fox, James J. e Babo-Soares, Dionísio (Eds.) *Out of the Ashes: Deconstruction and Reconstruction of East Timor*, Adelaide, Australia: Crawford House, pp. 99-116.

Babo-Soares, Dionísio. 2003. *Branching from the Trunk: East Timorese Perceptions of Nationalism in Transition*. Tese de doutoramento, Australian National University.

Barbeiro, Luís et al. 2010. *Relatório de Avaliação do Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste 2003-2009*. Lisboa: IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) & Escola Superior de Educação e Ciências Sociais/ Instituto Politécnico de Leiria.

Bexley, Angie. 2007. The Geração Foun, Talitakum and Indonesia: media and memory politics in Timor-Leste. *Review of Indonesian and Malaysian Affairs*. 41(1): pp. 71-90.

Carey, Peter. 2003. Third-World Colonialism, the Geração Foun, and the Birth of a New Nation: Indonesia through East Timorese Eyes, 1975-99. *Indonesia* 76 (Oct.): 23-67.

Comissão de Acolhimento, Verdade, e Reconciliação de Timor Leste (CAVR). 2005. História do Conflito. In *Chega! Relatório da CAVR*. Díli, Timor-Leste: CAVR.

Deus, Sofia. 2009. *O Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste: O Método Português em Timor e a Importância do Tétum (L1) na Aquisição do Português (L2)*. Biblioteca Digital Camões: Lisboa.

Direcção Nacional de Estatística (DNE) [Timor-Leste], Ministério das Finanças (MF) [Timor-Leste] e ICF Macro. 2010. *Timor-Leste Demographic and Health Survey 2009-10*. Díli, Timor-Leste: DNE [Timor-Leste] e ICF Macro.

Direcção Nacional de Estatística (DNE) [Timor-Leste], Ministério das Finanças (MF) [Timor-Leste] e Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). 2010. *Highlights of the 2010 Census main results in Timor-Leste*. Díli, Timor-Leste: DNE [Timor-Leste].

Esperança, João. 2007. *Ensinar Português em Timor*. Disponível em: <http://timor2006.blogspot.com/2007_06_01_archive.html>. Acesso em: Outubro de 2011.

Freitas, Josefina. 2011. Ministru Dr. Freitas tenke rezolve problema edukasaun. *The Dili Weekly*, 14 de Outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.thediliweekly.com/tl/pagina-dahuluk/edukasaun/387>>. Acesso em: Outubro de 2011.

Halbwachs, Maurice. 1980[1950]. *The Collective Memory*. New York: Harper and Row.

Hareven, Tamara. 1992 [1978]. The Search for Generational Memory. *Public History Readings*. Leffler/Brent, pp. 270-283.

- Hirsch, Marianne. 2008. The Generation of Postmemory. *Poetics Today*, 29 (1):103-128.
- Jolliffe, Jill. 2011. Postcolonial Blues - East Timor's lost generation. *The Monthly*, Abril de 2011, pp. 44-49.
- Leach, Michael. 2003. "Privileged ties": Young people debating Languages, Heritage and National Identity in East Timor. *Portuguese Studies Review*.11(1):137-150.
- Leach, Michael. 2008. Surveying East Timorese tertiary student attitudes to national identity: 2002-2007. *Southeast Asia Research*. 16 (3): 405-431.
- Leach, Michael. 2009. Difficult memories: the independence struggle as cultural heritage in East Timor. In Logan, W. and Reeves, K. (eds). *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage*. London: Routledge, pp. 144-161.
- Mannheim, Karl 1972 [1952]. The Problem of Generations. In Kecskemeti, Paul (ed) *Essays on the Sociology of Knowledge*. London, UK: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- Mattoso, José. 2005. *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorese*. Lisboa: Temas e Debates.
- Molnar, Andrea. 2010. *Timor-Leste: Politics, history and culture*. London and New York: Routledge.
- Silva, Kelly.2006. Elites Timorenses e a Construção do Estado: Projecções Identitárias, Ressentimentos e Jogos de Poder. In Seixas, Paulo e Engelenhoven, Aone (eds) *Diversidade Cultural e a Construção do Estado e da Nação em Timor-Leste*. Porto: Editora Universidade Fernando Pessoa, pp. 179-192.
- Taylor-Leech, Kerry. 2008. Language and Identity in East Timor. The discourses of nation building. *Language Problems & Language Planning*. 32(2): 153–180.
- Taylor-Leech, Kerry. 2009. The language situation in Timor-Leste. *Current issues in language planning*. 10(1): 1-68.
- Trindade, Josh. 2008. *An Ideal State for East Timor: Reconciling the conflicting Paradigms*. A paper presented at the Conference 'Democratic Governance in Timor-Leste – Reconciling the Local and the National'. Charles Darwin University, 7-8 de Fevereiro de 2008.
- Wigglesworth, Ann. 2007. Young people in rural development. In Kingsbury, Damien e Leach, Michael (eds) *East Timor beyond independence*. Victoria, Australia: Monash University Press, pp. 51-63.